hospitais civis de Lisboa, da Universidade de Coimbra, e D. Leonor e Santo Isidro, das Caldas da Rainha, é tornado extensivo o disposto no decreto n.º 4:056, de 16 de Abril de 1918.

Art. 2.º As comedorias a que uma parte do pessoal hospitalar tem direito pelos regulamentos e determinações em vigor serão compensadas em valor que a respectiva direcção fixará, por cada mês, nos primeiros cinco dias dêle, e submeterá logo à aprovação do Secretário de Estado do Interior.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Secretários de Estado do Interior e das Finanças assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 27 de Maio de 1918. — SIDÓNIO PAIS — *João Tamagnini de Sousa Barbosa* — *Francisco Xavier Esteves*.

Decreto n.º 4:338

Atendendo a que os vencimentos que percebem os professores do Asilo de D. Maria Pia, de Lisboa, são manifestamente insuficientes para lhes permitir ocorrer às dificuldades que, no actual momento, mercê da carestia da vida, os assoberbam:

O Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os vencimentos dos professores do Asilo de D. Maria Pia, de Lisboa, são equiparados aos da Casa Pia de Lisboa, pela seguinte forma: professores de instrução primária e de trabalhos manuais, 400\$ anuais; idem de gymnástica e de música, 360\$ também anuais.

Art. 2.º Aos professores de instrução primária e de trabalhos manuais será abonado o subsídio anual de residência na importância de 54\$, sendo porém exceptuados dêste subsídio aqueles professores, que por motivo de acumulação com outros, tiverem residência no estabelecimento e comedorias.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Secretários de Estado de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 27 de Maio de 1918. — SIDÓNIO PAIS — *João Tamagnini de Sousa Barbosa* — *Alberto Osório de Castro* — *Francisco Xavier Esteves* — *Amílcar Castro de Abreu e Mota* — *José Carlos da Maia* — *Joaquim do Espírito Santo Lima* — *Joaquim Mendes do Amaral* — *Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá* — *José Alfredo Mendes de Magalhães* — *Henrique Forbes de Bessa* — *Eduardo Fernandes de Oliveira* — *António Maria de Azevedo Machado Santos*.

SECRETARIA DE ESTADO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Portaria n.º 1:391

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado das Finanças, autorizar, como requereu,

a Companhia de Seguros de Vida «L'Urbaine», com sede em Paris, a modificar o artigo 6.º das suas apólices dos seguros de vida inteira e mixto, que se refere ao resgate, eliminando nas novas apólices que emitir do seguro de vida inteira a respectiva tabela do resgate em vigor.

Paços do Governo da República, 29 de Maio de 1918. — O Secretário de Estado das Finanças, *Francisco Xavier Esteves*.

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 4:339

Hei por bem decretar, sob proposta do Secretário de Estado das Finanças, com fundamento no n.º 5.º do artigo 25.º da terceira das cartas de lei de 9 de Setembro de 1908, e tendo-se cumprido o disposto no artigo 1.º do decreto n.º 4:291, de 21 de Maio de 1918, o seguinte: É transferida da verba de 300\$, descrita no capítulo 12.º, artigo 54.º do orçamento da Secretaria de Estado das Finanças, actualmente em vigor, sob a rubrica «Retribuição por trabalhos extraordinários, ao pessoal em serviço nocturno na estação telefónica privativa do Ministério nos termos do artigo 52.º, § 4.º, alínea b), e § 5.º da lei de 9 de Setembro de 1908», a quantia de 50\$ para reforço da verba de 2.166\$, descrita no artigo 52.º do referido capítulo para «serviços tipográfico e telefónico e pessoal menor das direcções gerais do Ministério» «pessoal dos quadros» «serviço telefónico», a fim de se ocorrer ao aumento da despesa resultante da execução do decreto n.º 4:230 de 27 de Abril de 1918.

O Secretário de Estado das Finanças o faça publicar. Paços do Governo da República, 29 de Maio de 1918. — SIDÓNIO PAIS — *Francisco Xavier Esteves*.

Decreto n.º 4:340

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto na Secretaria de Estado das Finanças e a seu favor um crédito especial na importância de 156\$, destinado a reforçar com as quantias de 139\$ e 17\$, respectivamente, as verbas de 2.130\$ «Serviço tipográfico», e 2.166\$ «Serviço telefónico», ambas descritas no capítulo 12.º «Serviços tipográfico e telefónico e pessoal menor das Direcções Gerais do Ministério», artigo 52.º «Pessoal dos quadros» do orçamento da dita Secretaria de Estado, aprovado para 1917-1918, a fim de se ocorrer ao aumento da despesa resultante da execução do decreto n.º 4:230, de 27 de Abril de 1918.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

O Secretário de Estado das Finanças o faça publicar. Paços do Governo da República, 29 de Maio de 1918. — SIDÓNIO PAIS — *Francisco Xavier Esteves*.